



VIDA INTELIGENTE

‘O futuro de Portugal está no mar’

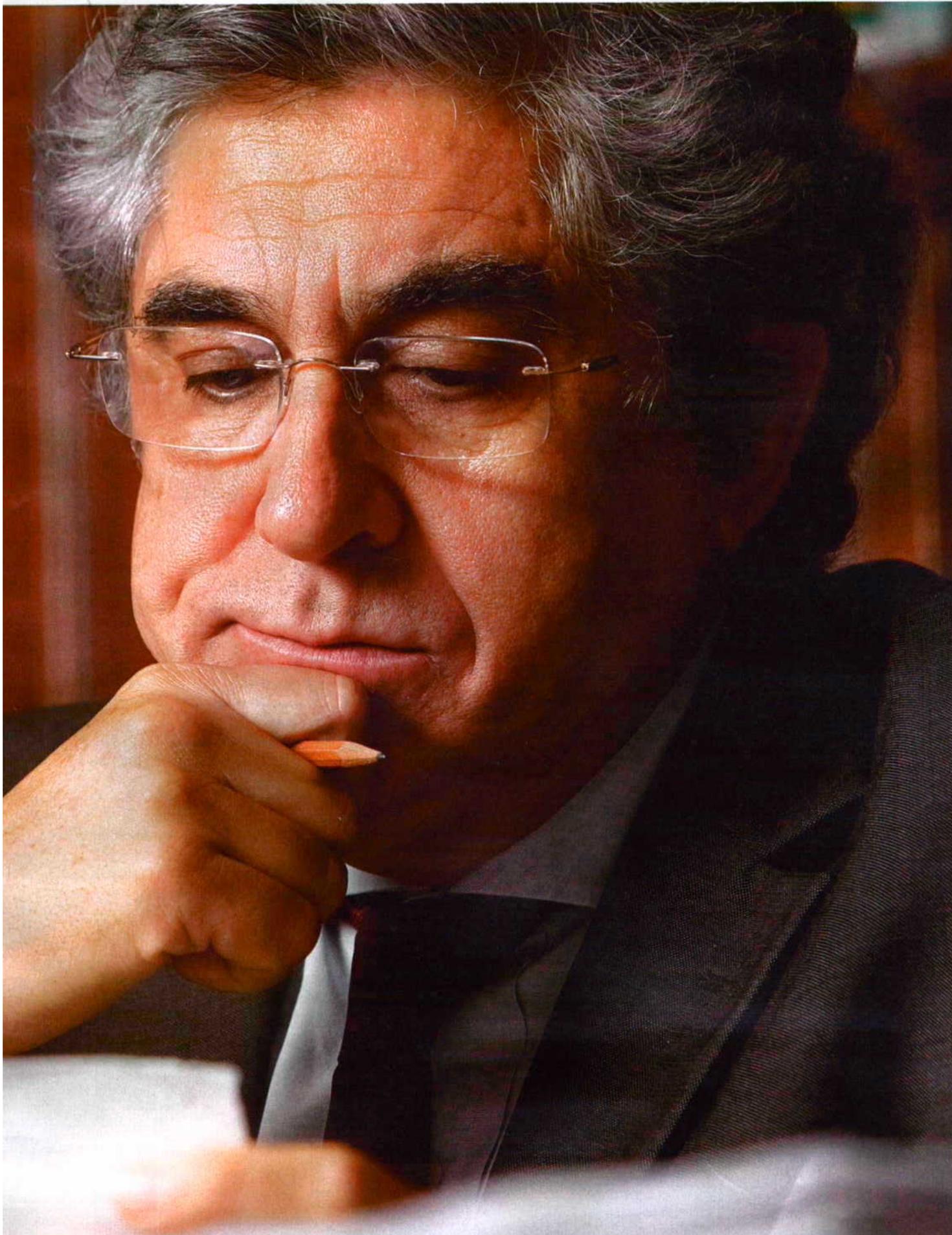
O mar pode voltar a mudar Portugal. É o que propõem os especialistas do *Hypercluster da Economia do Mar*: um plano com 95 medidas que prometem duplicar o PIB e tornar o país mais competitivo e produtivo. Para o **economista Poças Esteves** – que coordenou o estudo – é preciso agora que o Estado não atrapalhe.

ENTREVISTA CARLA AMARO FOTOGRAFIA PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS



ID: 32724068

14-11-2010



Como é que surgiu o estudo?

Foi uma ideia da SaeR [Sociedade de Avaliação de Estratégia e Risco, da qual é sócio-gerente]. Uma das missões da empresa é realizar estudos prospectivos sobre a economia portuguesa, com vista a ajudar os decisores políticos a estabelecerem estratégias de desenvolvimento da economia nacional. Há 22 anos que estudamos a economia portuguesa. Em 2000/2001, por encomenda do então governo de António Guterres, fizemos um estudo sobre a evolução da nossa economia e já nessa altura concluímos que havia dois caminhos: a afirmação ou o definhamento. Se não fizessemos nada, iríamos cair num crescimento baixo, de endividamento, esperava-nos um cenário de definhamento.

É o estado em que o país se encontra.

É, e naquela altura era claro para nós que a economia portuguesa caminhava para um cenário de definhamento se continuasse a evoluir dentro de certos padrões. Chamámos a atenção para essa possibilidade, dissemos que era necessário mudar alguns modelos de desenvolvimento e optar por estratégias de afirmação. Na época eram domínios com elevado potencial o turismo (hoje já ninguém duvida de que é um dos pilares da economia nacional), o ambiente, o chamado serviço de valor acrescentado (por exemplo, a saúde ligada ao turismo), as cidades de desenvolvimento e o mar. Já então apontávamos a economia do mar como uma grande potencialidade, mas só em 2009 tivemos a oportunidade de fazer um estudo aprofundado sobre este sector.

Em síntese, em que consiste o Hypercluster da Economia do Mar?

Antes de mais, não se trata de um cluster apenas mas de vários clusters, daí a designação *hypercluster*. Se quiser, é um cluster de clusters. Creio que muitas pessoas, inclusive economistas, ainda não perceberam isso, porque há quem diga que alguns dos sectores que integram cada um dos clusters não têm relação económica uns com os outros. Perguntam por exemplo o que têm os portos marítimos que ver com as fontes hidrotermais. Não têm relação neste caso e não é imperativo que tenham, o importante é que no conjunto fazem sentido. São 12 clusters.

Dos 12, quais são os clusters com um potencial económico mais elevado?

Depois de uma análise do potencial de cada um para gerar riqueza por um lado e dotar o país de capacidade competitiva por outro, concluímos que são quatro, que funcionarão como uma espécie de motor do *hypercluster*: o primeiro é o cluster dos «portos, logística e transportes marítimos», que incorpora aquilo a que chamamos cadeia de valor, ou seja, não pode ser visto isoladamente, à volta existe uma fileira de outras actividades económicas como os transportes, as ferrovias, as obras marítimas, os serviços marítimos, a reparação e construção naval, e muito mais. No fundo é colocar os nossos portos ao serviço do quadro da globalização competitiva. O segundo grande cluster é o do turismo náutico e navegação de recreio, que pode captar parte da procura que existe no mercado internacional de portos de hibernação de iates. Lá fora está a haver uma procura enorme desse tipo de infra-estruturas e há falta delas em toda a Europa; para responder a essa procura temos de construir marinas, criar condições para que os iates possam aqui hibernar, providenciar a manutenção dos mesmos durante o Inverno. As transportadoras aéreas, os hotéis e os restaurantes também ganham com isso. As pessoas vêm do estrangeiro para ver os barcos e têm de se meter no avião, de dormir e de comer. Isto

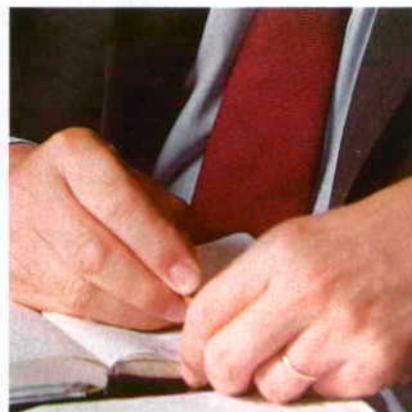
é um pequeno exemplo do funcionamento da cadeia de valor. O terceiro cluster é o da «pesca, aquicultura e indústria do pescado». Estes três têm um retorno mais imediato. O quarto grande cluster é o da «energia, minerais e biotecnologia», tem um retorno a médio e longo prazo; o seu potencial é enorme, mas ainda há muito a fazer, porque o nosso desconhecimento sobre o fundo do mar é imenso. Conhecemos mais o território lunar do que as profundezas dos oceanos.

O que poderíamos ir buscar ao fundo do mar?

Além de petróleo, gás e metano para a produção energética, também minerais, enzimas, que podemos aproveitar na indústria farmacêutica e na biotecnologia. Neste cluster propomos a definição de áreas com potencial de exploração energética e biotecnológica, o apoio à constituição de clusters industriais de biotecnologia marinha em ligação com outros centros de investigação, a promoção da exploração dos recursos energéticos fósseis das plataformas continentais, bem como a exploração dos recursos energéticos renováveis nos locais com maior potencial, a qualificação dos recursos humanos na área da extracção de recursos e o lançamento de programas de produção de algas para redução de CO₂ e promoção de biomassa. Depois existem os clusters que englobam os componentes fundamentais para o bom desempenho dos clusters da linha da frente – são eles os «serviços marítimos», «construção e reparação navais» e «obras marítimas» – e os clusters que englobam os componentes criados de consciência e sustentabilidade a longo prazo, com um papel regenerador e inovador do conjunto – são eles a «investigação científica, inovação e

FUNDO

«Além de petróleo, gás e metano para a produção energética, podemos ir buscar ao fundo do mar minerais, enzimas, para aproveitar na indústria farmacêutica e na biotecnologia.»





ZEE
«Portugal tem 18 vezes mais território marítimo (em Zona Económica Exclusiva) do que terrestre. Ou seja, o aproveitamento do mar é muito mais importante para Portugal do que para os outros países.»

desenvolvimento», «ensino e formação», «defesa e segurança no mar», «ambiente e conservação da natureza».

_O estudo não se limita a identificar os sectores-chave para a economia nacional, define também um plano de 95 medidas. No fundo, diz como se faz. Existe vontade política para as implementar?

A sociedade, as empresas e o sector político já têm consciência de que o mar é demasiado importante para o país e que pode constituir um desígnio nacional. A estratégia definida no estudo tem a grande ambição de tornar Portugal, na viragem do primeiro para o segundo quartel do século XXI, num actor marítimo relevante, ao nível global. Para que o país se torne um país inovador e afirmado no quadro das relações económicas internacionais. Isso só pode ser conseguido através do mar, porque o mar dá-nos a dimensão, dá-nos a diferenciação, dá-nos a identidade.

_Que garantia tem de que não passa de mais um estudo que os decisores políticos vão deixar na gaveta?

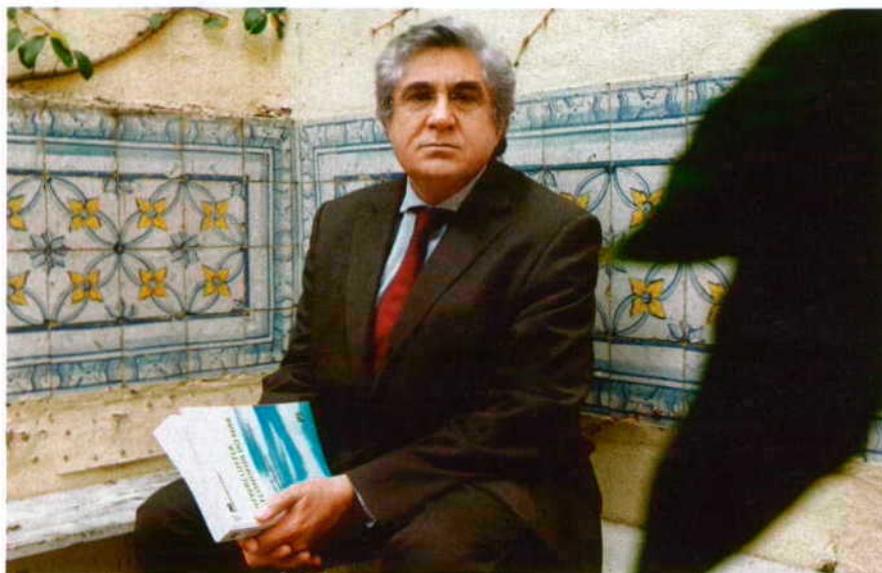
Bem, não há intervenção pública do presidente da República em que não se refira à importância do mar para Portugal. Os programas dos principais partidos políticos (desconheço o do PCP e o do BE) também reconhecem a importância estratégica do mar, percebe-se que leram o nosso estudo e que o incorporaram nos seus próprios pro-

gramas. Sei que o facto de manifestarem essa consciência não chega, mas é um bom indicador.

_Acha que a constituição de um Conselho de Ministros Exclusivo para os Assuntos do Mar é relevante para a implementação do plano de acções?

Claro, aliás essa era uma das três medidas que achávamos importante que o governo concretizasse. Representa a aceitação e o reconhecimento da parte do governo de que a economia do mar é muito importante e que tem de ser discutida na mesa do poder, no Conselho de Ministros. De resto, o governo já encarregou a EMAM [a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar] de coordenar o programa Mar Portugal, que consiste num conjunto de acções que todos os ministérios deverão executar e que se baseiam justamente no *Hypercluster da Economia do Mar*. Mas muito mais relevante do que o reconhecimento dos decisores políticos é o reconhecimento do sector empresarial. A economia faz-se com as empresas. Foi constituído o Fórum Empresarial para a Economia do Mar, com o patrocínio da Associação Comercial de Lisboa, e já temos cerca de sessenta empresas interessadas em colaborar.

_O que se pretende com o Fórum Empresarial para a Economia do Mar?



Essencialmente, criar uma dinâmica entre grupos empresariais de trabalho para o desenvolvimento de projectos de valor acrescentado ligados à economia do mar. A ideia é também organizar uma grande conferência anual em que serão apresentados os projectos e as empresas assumam publicamente o compromisso de os levar avante. Na conferência seguinte, deve apresentar-se os resultados concretos, para que toda a gente saiba onde é que as coisas correram bem e onde é que correram mal. Depois da constituição do Conselho de Ministros e do Fórum Empresarial da Economia do Mar, é importante que se crie legislação discriminatória pelo lado positivo para os assuntos ligados à economia do mar. A Expo'98 é um exemplo do bom funcionamento desta lógica, com resultados muito positivos. Porque não se há-de fazer também legislação específica discriminando positivamente a economia do mar, cujo valor acrescentado poderá ser dezenas de vezes superior ao da Expo'98?

— O subaproveitamento do potencial do mar é uma falha só nossa ou é global?

Acho que é global, embora uns países aproveitem melhor o mar do que outros. Portugal é dos mais prejudicados, uma vez que tem 18 vezes mais território marítimo (em ZEE, Zona Económica Exclusiva) do que terrestre. Ouseja, as questões do mar e o seu aproveitamento são muito mais importantes para Portugal do que para os outros países. Portugal foi uma potência e desenvolveu-se enquanto esteve voltado para o mar, mas nas últimas décadas abandonou-o.

— Explorar a velha «galinha dos ovos de ouro» não irá afectar os ecossistemas marinhos, já tão sacrificados?

Vai afectar com certeza, mas tudo o que se fizer tem de ter a validação de estudos de impacte ambiental e, se for o caso, medidas de compensação. É evidente que é necessário acautelar os aspectos ambientais, é preciso ordenar e gerir adequadamente todas as intervenções.

— O défice da balança comercial do pescado com o exterior ultrapassou em 2009 os oitocentos milhões de euros. Portugal precisa de reduzir as importações e aumentar as importações. O cluster da pesca prevê medidas neste sentido?

Esse é um *cluster* em que praticamente está tudo para fazer. Primeiro há que organizar as cadeias de valor. Uma coisa é um robalo selvagem, capturado no mar, outra coisa é um robalo criado numa exploração de aquicultura. Duas realidades diferentes, com cadeias de valor também distintas. O que propomos é a certificação do pescado selvagem, que terá de ter um valor superior, para o distinguir do da aquicultura. Acresce um outro aspecto: o peixe, se não é certificado, mais facilmente foge aos canais legais. O peixe certificado seria uma iguaria, com os seus agentes económicos próprios. Porque é que alguns bons restaurantes de Lisboa importam diariamente peixe fresco da América do Sul? Porque quem vai aos restaurantes comer pescada do Chile paga um valor que compensa. Porque não se faz o mesmo com o robalo da costa portuguesa? A pescada do Chile é uma marca. O robalo da costa portuguesa também pode ser uma marca. A sardinha também. Estou a falar de uma cadeia de valores que deve ser desenvolvida, organizada, que atribua maior valor acrescentado. Quanto à aquicultura, a nossa sugestão é que se desenvolvam as chamadas quintas marinhas em *off shore*, exploradas em zonas de

concessão. Se se fazem quintas em terra, porque não hão-de fazer-se quintas no mar? As proteínas animais do futuro hão-de vir principalmente do mar, porque as da terra começam a ficar limitadas.

— No mundo está em ascensão. Portugal devia apostar na aquicultura em *off shore*? Sem dúvida. Aliás, é uma das nossas propostas no estudo. Aproveitar a dimensão que o mar tem, escolher as zonas onde o impacte é mais controlável e a partir das quintas marítimas em *off shore* construir toda a cadeia de valor, terminando na indústria de transformação do pescado. Nós temos neste sector marcas com boa aceitação internacional, o problema não é das marcas, é o fornecimento de matéria-prima. A indústria está desesperada à espera de que lhe chegue o pescado necessário para fazer a transformação. Como não chega, toda a gente perde, toda a cadeia perde.

— O estudo estima que o valor económico das actividades ligadas ao mar consideradas na economia portuguesa é, em termos directos, de dois por cento do PIB nacional. Se as medidas do Master Plan forem implementadas, é verdade que podem duplicar o peso actual da nossa economia? Esse é o objectivo mínimo que apontamos para o futuro. Perante a situação tão baixa em que estamos, nem é preciso implementar todo o *hypercluster* para o país atingir esse objectivo. Seria, aliás, um desastre nacional se o país não colocasse como objectivo em 15, vinte anos a duplicação do valor acrescentado das actividades ligadas à economia do mar.

— Está confiante?

Está a trabalhar-se para isso. O grande objectivo do estudo é colocar Portugal como um actor relevante e efectivo, inovador e conhecedor dos assuntos do mar, que todo o mundo reconheça Portugal como um país de marinheiros, que é uma grande mentira actualmente mas no futuro pode voltar a ser uma realidade.

— O *hypercluster* conviveria/casaria bem com a Política Comum das Pescas?

Não conheço em pormenor a PCP, julgo que o conflito que poderá haver é o que referiu, o da exploração dos recursos. Em todo o caso, ouvi esta semana a comissária europeia responsável pelos assuntos marítimos e pescas [Maria Damanaki] e pelo seu discurso percebe-se que a Europa está a mudar, está a aceitar esta lógica de aproveitamento dos recursos do mar, em que está assente o *hypercluster*. Não me parece que do ponto de vista das decisões políticas possamos ter grandes problemas. ■

